



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13254 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

IDENTIDADE PROFISSIONAL DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REALIDADE E DESEJOS

Michelle Liana Soria Cuesta Baggio - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Adriana Ferreira Gentil - UEM - Universidade Estadual de Maringá

Heloisa Toshie Irie Saito - UEM - Universidade Estadual de Maringá

IDENTIDADE PROFISSIONAL DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REALIDADE E DESEJOS

Resumo: A reflexão proposta decorre de um projeto de pesquisa interinstitucional em andamento alinhado às discussões de um grupo de pesquisa e possui como objetivo apresentar resultados parciais dessa pesquisa de modo a problematizar a identidade profissional do docente da Educação Infantil, analisando as ações que estão sendo empregadas por alguns municípios paranaenses para se estruturar a Educação Infantil. Na pesquisa, adotamos metodologia de cunho teórico e de campo que proporcionou reflexões a respeito da necessidade da formação do profissional da primeira infância. Foi possível observar que o fato de os editais analisados permitirem a admissão de profissionais sem formação adequada, efetivamente, temos a separação daqueles que cuidam dos que educam, impossibilitando, significativamente, a concretização daquilo que defendemos para a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, ações qualitativas que integrem o cuidar e o educar. Concluimos que para o profissional da Educação Infantil realizar uma ação voltada para as especificidades das crianças e formar cidadãos críticos e não apenas reprodutores, ele deve ter no mínimo formação inicial que garanta conhecimento pedagógico e compreensão do desenvolvimento infantil, aspectos essenciais para a atuação com as crianças pequenas.

Palavras-chave: Identidade profissional, Educação Infantil, Formação de professores.

Introdução

A busca pela identidade da Educação Infantil no Brasil, do ponto de vista histórico, é relativamente nova, considerando que somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Infantil (LDBEN) é que ela passou a constituir a primeira etapa da Educação Básica. Nesse contexto, o processo de reconhecimento da identidade profissional dessa etapa educacional foi paulatinamente se delineando, pelo menos em termos legislativos, o que foi importante, pois entendemos que as ações realizadas dentro desses espaços estão diretamente relacionadas com a formação obtida pelos profissionais.

Partimos do pressuposto de que o processo de consolidação da identidade da Educação Infantil como Educação Básica bem como da identidade do profissional da educação é antagônico e não linear. Mesmo há mais de 20 anos da promulgação da LDB, é comum encontrar pessoas da comunidade em geral e também gestores municipais que acreditam e defendem que quem deve assumir a educação e o cuidado das crianças pequenas são mulheres, justificando que são ações puramente maternas, associando a dimensão maternal aos que atuam na creche e a dimensão escolar, própria dos anos iniciais do Ensino Fundamental, aos profissionais que atuam na pré-escola.

Em contrapartida, é possível observar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) a defesa de que é preciso que o profissional organize um trabalho pedagógico que contemple e integre o cuidar e o educar, já que compreendem a criança como um sujeito de direitos e produtora de cultura. Para tanto, o profissional da Educação Infantil necessita de uma formação inicial que condiga com tal função. Segundo consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 62, é necessário curso de licenciatura plena, admitida como formação mínima, o magistério, oferecida em nível médio.

O Projeto de Pesquisa em andamento, intitulado “XXX” possui como objetivo identificar e analisar a exigência de formação para a contratação de profissionais para atuarem na educação infantil em municípios de duas regiões do estado do Paraná. Neste resumo, almejamos apresentar resultados parciais dessa pesquisa de modo a problematizar a identidade profissional do docente da Educação Infantil, analisando indicativos que estão sendo empregados para se estruturar a Educação Infantil em algumas regiões do estado do Paraná.

Metodologia

A pesquisa foi proposta para ser desenvolvida em quatro anos e foi efetivada em duas regiões paranaenses que compõem os Núcleos Regionais de Educação (NRE) das cidades em que as universidades das pesquisadoras proponentes do projeto estão vinculadas. De cada NRE adotamos como critério de seleção o município sede da universidade envolvida e mais um município próximo dela, ou seja, dois municípios de cada NRE, totalizando 4 municípios.

A metodologia escolhida para a realização da pesquisa perpassa por etapas, organizadas intencionalmente e interdependentes: 1. Revisão de literatura - levantamento da produção teórica existente; 2. Análise documental - análise crítica da legislação referente ao tema, a partir dos documentos oficiais e dos editais de contratação de professores do período de 2009 a 2019, recorte temporal que se justifica em função de abranger os 10 anos anteriores ao início da pesquisa; 3. Coleta de dados - coleta de informações no âmbito das Secretarias Municipais

de Educação por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais as quais foram transcritas; 4. Análise de dados - a partir dos dados coletados nos documentos e nas entrevistas, organizamos categorias de análise e reflexões, apoiadas no material teórico selecionado; 5. Disseminação dos resultados.

Resultados parciais

A partir das entrevistas realizadas e da análise dos editais de contratação de profissionais dos quatro municípios investigados, identificamos que há uma inconsonância entre os critérios exigidos nos editais de contratação dos profissionais da Educação Infantil nos municípios pesquisados e a legislação brasileira vigente. Isso revela que para os gestores municipais do universo pesquisado os atos de cuidar e educar não são considerados de forma integrada, sendo possível, portanto, ter dois profissionais separados, um para cada uma das funções. Além disso, há o fator da economia na folha de pagamento do município já que contratar alguém sem formação e que atua o dobro do horário, garante economia e menos necessidade de novas contratações.

A partir dos editais verificados, constata-se que em uma mesma sala os profissionais da Educação Infantil são divididos entre os que cuidam e os que educam, e por essa razão não é exigido para os que “cuidam” uma formação inicial em educação. A segregação do cuidar e do educar aparece nitidamente nos critérios de contratação e constrói identidades antagônicas aos profissionais que atuam na Educação Infantil dessas regiões pesquisadas. Verificou-se, ainda, o sexo feminino como critério de admissão para atuar com crianças pequenas, favorecendo e reproduzindo a crença antiga e predominante da maternidade em detrimento da formação.

Entendemos que esta forma de encaminhar a contratação de novos profissionais para a Educação Infantil fragiliza e interfere significativamente no processo de construção da identidade dessa etapa da Educação Básica e, principalmente, da identidade dos profissionais que nela atuam. Pautados nas contribuições de Piovezan e Dal Ri (2019) verificamos que existe uma tendência polivalente ou multitarefeira em relação aos docentes, o que se dá de forma sistemática, evidenciando-se desde o formato e pré-requisitos de contratação, o que fragmenta as funções docentes e exige ações de cuidado físico sem a devida articulação com o educar. Por conseguinte, com o fracionamento da ação docente, escoa-se o potencial de emancipação que a profissão carrega em si e consolida-se uma função escolar no âmbito capitalista, favorecendo a formação da consciência alienada desde a primeira infância.

Considerações finais

Consideramos que a construção da identidade profissional dos professores da Educação Infantil a partir de uma perspectiva crítica e adequada para o trabalho pedagógico na primeira etapa da Educação Básica é um constante desafio, cuja mudança e consolidação de novas

posturas políticas e culturais frente à educação e aos seus profissionais exige dos próprios protagonistas novas percepções, posturas e defesas. Para tanto, defendemos que tanto a formação inicial quanto a continuada dos docentes têm função essencial.

À vista disso, compreendemos a necessidade de um profissional com o conhecimento teórico de concepção de criança e de educação infantil para planejar e organizar as práticas pedagógicas com as crianças pequenas, a fim de contribuir com o desenvolvimento da criança (LIRA; SAITO, 2011).

Em contrapartida, os editais de contratação dos profissionais da Educação Infantil não exigem a formação inicial para todos os cargos, visto que para os responsáveis pelos cuidados se requer apenas formação no ensino médio.

Romper com o ciclo vicioso de segregação do cuidar e educar é imprescindível para a consolidação da identidade da Educação Infantil como etapa educacional de formação direcionada ao desenvolvimento humano emancipatório, de modo que a criança seja estimulada para a autonomia e à conquista de diferentes aprendizagens.

Compreendemos que ações de reprodução e que dissociam o cuidar do educar corroboram para a não realização de um trabalho integral com a criança, pois desconsidera sua totalidade, fragmentando assim o próprio desenvolvimento infantil bem como a função docente. Entendemos que a adequada identidade profissional da Educação Infantil é um fator importante para o desenvolvimento infantil, já que o adulto deve colaborar como mediador e organizador das práticas educativas sempre considerando a criança como sujeito histórico, ativo, capaz e protagonista do seu processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB, 9394/1996, BRASIL.

LIRA, A. C. M; SAITO, H. T. I. Elementos essenciais na prática pedagógica na educação infantil e seus desdobramentos. In **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, PUCPR: Curitiba, 2011, p. 4761-4772.

PIOVEZAN, P. R.; DAL RI, N. M. Flexibilization and Intensification of Teaching Work in Brazil and Portugal. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e81355, 2019.